



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8123 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

### ESTUDANTES NEGROS/AS COTISTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Hosana Helena Peregrino - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Jose Eustáquio de Brito - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

### **ESTUDANTES NEGROS/AS COTISTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS**

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e perspectivas de estudantes cotistas negros/as quanto às ações afirmativas para o acesso e permanência nos cursos técnicos noturnos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), situado na cidade de Congonhas. Traz como tema a ação afirmativa na educação profissional técnica de nível médio após a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

A Lei nº 12.711/2012 foi aprovada no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff e dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais de ensino técnico de nível médio e superior. Conforme a Lei, 50% (cinquenta por cento) das vagas serão preenchidas, por curso e turno, por estudantes oriundos de escola pública; autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à representação dos grupos na população da unidade da federação em que a instituição está situada; candidatos com renda per capita menor ou igual a um salário mínimo e meio. Em 2016, a Lei nº 13.409 altera a Lei de Cotas para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016).

Após a implantação das cotas, temos o seguinte questionamento: o que as instituições federais propuseram para a permanência bem-sucedida dos alunos cotistas? As dificuldades para a permanência nos cursos técnicos, principalmente no ensino noturno, são estudadas por Dore e Lüscher (2011), que demonstram os percalços na conciliação do trabalho e educação, nas dificuldades advindas do ensino fundamental e por questões socioeconômicas, dentre outros fatores. Para além da temática educação profissional de nível técnico, temos a contribuição de Colen, Jesus (2018), que abordam o fator permanência à luz das questões étnico-raciais.

De acordo com Nilma Gomes (2017), a universidade se depara com a necessidade de desenvolver ações de permanência acadêmica com condições dignas de estrutura física, biblioteca, renovação curricular, ampliação de bolsas de pesquisa, extensão, assistência e

melhores condições que garantam o direito aos diversos coletivos de estudantes, sujeitos das ações afirmativas e políticas de inclusão social, de completarem os seus estudos.

A pesquisa analisou a articulação entre a perspectiva de estudantes negros/as cotistas quanto às ações afirmativas e as ações implementadas para permanência destes estudantes nos cursos técnicos noturnos do IFMG - Campus Congonhas. Buscou-se identificar as ações implementadas pela instituição para permanência de estudantes negros/as cotistas, bem como conhecer a perspectiva de estudantes negros/as cotistas quanto às ações afirmativas, analisando o perfil de estudantes negros/as cotistas dos cursos técnicos noturnos de modo a identificar os desafios e expectativas na educação e no trabalho.

O IFMG é parte integrante das unidades da Rede Federal e as suas ações afirmativas são previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que constitui um requisito legal previsto na Lei nº 10.861/2004 e no Decreto nº 5.773/2006. A instituição disponibiliza projetos de pesquisa e extensão, apoio ao bem estar físico, psicológico, pedagógico e social dos alunos, com maior participação dos cursos técnicos integrados e das graduações nos projetos e pesquisas, e menor envolvimento dos cursos técnicos subsequentes.

Os sujeitos da pesquisa são estudantes negros/as cotistas dos cursos técnicos ofertados no turno da noite no IFMG - Campus Congonhas. Foram considerados negros/as todos/as os/as estudantes autodeclarados/as pretos/as e pardos/as, conforme os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha de estudantes negros/as se deve ao fato histórico da discriminação étnico-racial no Brasil e às desigualdades no acesso à educação pública. Já a delimitação dos cursos técnicos noturnos emerge da necessidade de investigar os desafios para a permanência nos cursos técnicos subsequentes. Para conhecer os desafios e as perspectivas dos estudantes cotistas negros/as quanto às ações afirmativas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis estudantes dos três cursos noturnos ofertados pela instituição.

Os/as estudantes, sujeitos deste estudo, possuem faixa etária entre 20 e 29 anos. Ao considerar a cor/raça negra como a junção dos pardos e pretos, observa-se resultado preponderante nos três cursos técnicos noturnos, inclusive com porcentagem considerável em relação aos demais segmentos raciais. Mas, ao analisarmos separadamente a porcentagem de quem se declara de cor/raça preta, temos uma representatividade muito pequena.

As categorias principais identificadas nas entrevistas foram racismo, ação afirmativa, permanência e perspectiva de trabalho. A primeira categoria racismo dialoga com as memórias de estudantes cotistas negros/as quanto aos atos de racismo, preconceito e discriminação. Esta categoria sobrepôs às demais, ação afirmativa, permanência e perspectiva de trabalho, ao considerarmos que o racismo é o elo da implantação das ações afirmativas e um dos desafios para a permanência dos estudantes desde os anos iniciais da educação básica, bem como um desafio para inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa permite vislumbrar os principais desafios e perspectivas dos/as estudantes negros/as dos cursos técnicos noturnos, impostos principalmente pela discriminação racial e de gênero. Pode-se concluir que o local da pesquisa empírica possui ações de incentivo à permanência, porém os cursos técnicos subsequentes, objeto deste estudo, não possuem ações suficientes para a maximização da permanência de estudantes negros/as. Quanto às perspectivas dos sujeitos da pesquisa, a categoria ação afirmativa se restringe à assistência financeira; na categoria permanência, as motivações para um futuro profissional melhor sobrepõem as dificuldades para permanência; já a categoria racismo concentrou maior interlocução e preponderância, demonstrando que os espaços acadêmicos devem inserir ações que incentivem o respeito e o reconhecimento da diversidade racial. Em observância à Lei nº 10.639/03, o Campus Congonhas promove eventos anuais sobre a temática étnico-racial, com

participação de estudantes e comunidade externa. Porém, verifica-se a necessidade de atividades sistemáticas de abordagem das relações raciais em salas de aula, regulamentadas nas matrizes curriculares dos cursos de educação profissional.

**Palavras-chave:** Ação afirmativa. Cotas raciais. Racismo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 2016.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 30 ago. 2017.

COLEN, N. S.; JESUS, R. E. Um debate sobre as disputas e tensões em torno da democratização da universidade: o posicionamento institucional da UFMG. In: SANTOS, J. S.; COLEN, N. S.; JESUS, R.E (Orgs.). *Duas décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 77-97.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set. 2011.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. *PDI 2019-2023*. Disponível em:

<<https://www.ifmg.edu.br/portal/pdi/pdi-2019-2023>> Acesso em: 16 dez. 2019.